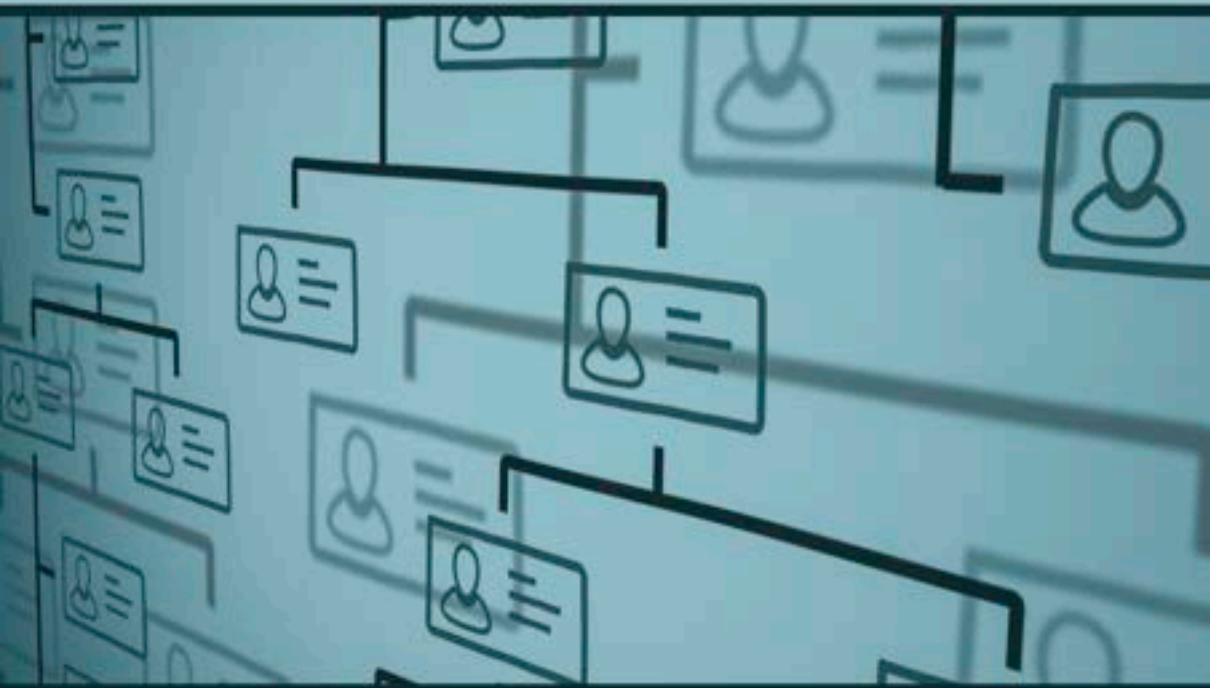


Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino
(Organizador)

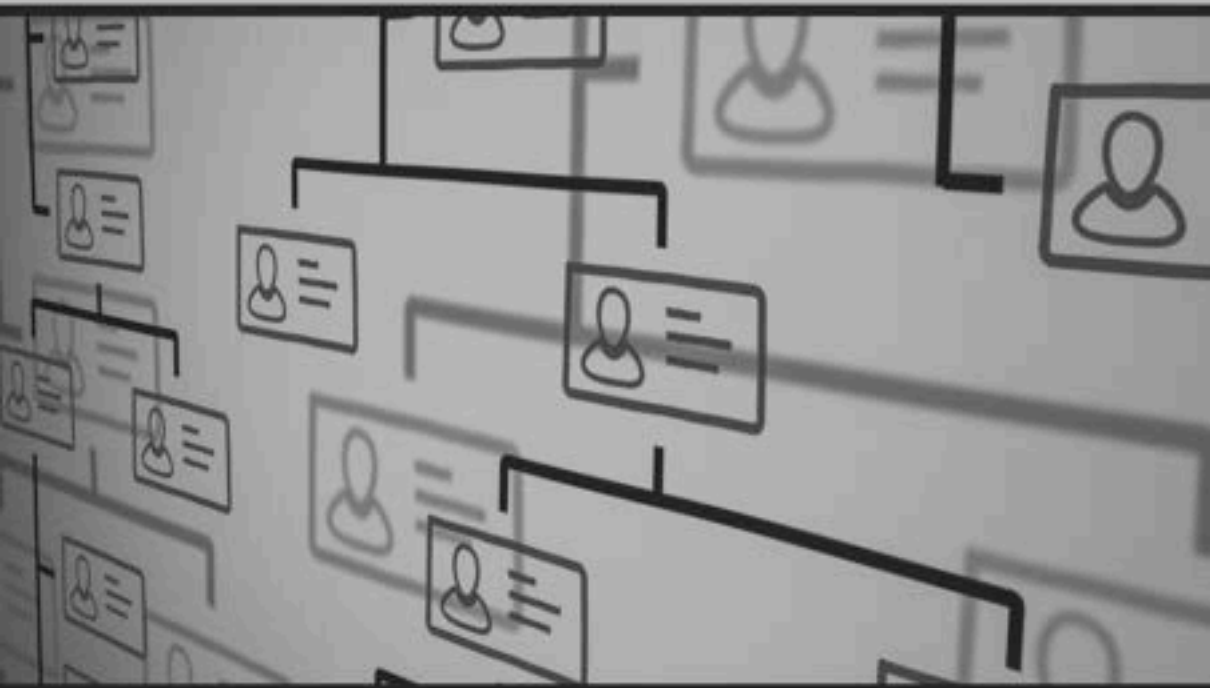


CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional

**Atena**
Editora
Ano 2022

Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino
(Organizador)



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional


Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Yaiddy Paola Martinez
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: Estado, organizações e desenvolvimento regional / Organizador Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0399-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.999221208>

1. Ciências Sociais. I. Flauzino, Jhonas Geraldo Peixoto (Organizador). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editores
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Há cerca de 500 anos antes de Cristo e antes mesmo da época de Sócrates, o filósofo Heráclito dizia que “nada é permanente, exceto a mudança”. Neste momento passamos por um processo acelerado de mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. O termo “mudança” vem do latim “cambiare”, que significa substituir uma coisa por outra.

A modificação do estado normal das coisas gera expectativa e apreensão. Posto que é um evento incerto e desconhecido, e por vezes, não previsível. Nesse sentido, diversas autoridades dos diferentes campos do saber vêm buscando fórmulas e meios para reduzir a incerteza, ou até mesmo antecipar-se aos eventos futuros.

É nesse caminho que a presente coletânea composta por 19 capítulos, vem para estimular a nossa curiosidade e despertar-nos do conforto. Nela é discutido uma gama de assuntos, desde a avaliação das medidas restritivas adotadas pelas autoridades por ocasião do COVID-19, a debates sobre o combate ao tráfico ilícito de drogas nas fronteiras do Brasil, e assuntos atinentes a revolução digital no mundo dos negócios.

Isto tudo, para citar apenas três artigos da presente obra. Garanto-vos uma fonte rica de estudos relevantes e atuais. Trata-se de uma obra carregada de vivências de seus autores, o que pode vir a proporcionar aos leitores uma oportunidade significativa de análises e discussões científicas.

Que o entusiasmo acompanhe a leitura de vocês!


Jhonas Geraldo Peixoto Flauzino

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A INEFICÁCIA DAS MEDIDAS ADOTADAS NO ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL E A COVID-19 NAS PRISÕES BRASILEIRAS


Helio Gustavo Mussoi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212081>

CAPÍTULO 2..... 16

A INTERDISCIPLINARIDADE COMO UM APRENDIZADO AUTONOMO PARA O EMPREENDEDORISMO

Carine Cimarelli

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212082>

CAPÍTULO 3..... 23

A IMPLANTAÇÃO DO TERMO CIRCUNSTÂNCIADO DE OCORRÊNCIA (TCO) NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA: UMA ANÁLISE DOS BENEFÍCIOS E DIFICULDADES DE SUA CONFECÇÃO NO POLICIAMENTO OSTENSIVO OPERACIONAL

Frederico Carneiro dos Santos

Elizabeth Macuco Zanetti Rodrigues

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212083>

CAPÍTULO 4..... 37

APERFEIÇOAMENTO DO CONTROLE BIBLIOGRÁFICO NO ÂMBITO DA BIBLIOTECA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MINAS GERAIS

Regina L. P. Dell'Isola


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212084>

CAPÍTULO 5..... 54

AS DINÂMICAS SOCIAIS E O DESENVOLVIMENTO NO TERRITÓRIO URBANO NA CIDADE DE CALDAS NOVAS/GO

Rayza Correa Alves Gonçalves


Hamilton Afonso de Oliveira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212085>

CAPÍTULO 6..... 65

BLOCKCHAIN: TECNOLOGIA DE REGISTRO DISTRIBUÍDO

Patrick A. B. de Sousa


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212086>

CAPÍTULO 7..... 75

BRASIL: A DICOTOMIA ENTRE A RIQUEZA E O DESENVOLVIMENTO

Stefano Almeida Lopes

Antônio de Lisboa Lopes de Araújo


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212087>

CAPÍTULO 8.....	83
COMBATE AO TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS NAS FRONTEIRAS DO BRASIL	
Anderson Montes Santos	
Allycia Araujo Jovelino	
Bernardino Cosobeck da Costa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212088	
CAPÍTULO 9.....	92
CONFLITOS TERRITORIAIS: ALTAMIRA UM MASSACRE ANUNCIADO	
Márcio Teixeira Bittencourt	
Peter Mann de Toledo	
Gilberto de Miranda Rocha	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9992212089	
CAPÍTULO 10.....	109
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: POLÍTICAS PÚBLICAS E SABERES TRADICIONAIS NA CONSERVAÇÃO DAS SEMENTES CRIOULAS	
Antônio Valmor de Campos	
Jane Acordi de Campos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120810	
CAPÍTULO 11.....	122
FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO: DA POLÍTICA MUNICIPAL À CENTRALIDADE DO ESTADO NOVO	
João Sena Zanon Gomes	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120811	
CAPÍTULO 12.....	134
HOUSING IN PORTUGAL (1992-2008) A MULTIDIMENSIONAL PERSPECTIVE ON THE BEHAVIOUR OF ECONOMIC AGENTS	
António Duarte Santos	
Guilherme Castela	
Iris Lopes	
Nelson Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120812	
CAPÍTULO 13.....	149
MANIFESTAÇÕES E MOVIMENTOS SOCIAIS PELO MUNDO: O QUE OS GRITOS DAS RUAS ESTÃO QUERENDO DIZER?	
Larissa Ramalho Pereira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120813	
CAPÍTULO 14.....	161
O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL: A TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA COMO MECANISMO DE PREVENÇÃO E COMBATE	

À CORRUPÇÃO

Pedro Henrique Hermes

Aline Martins Rospa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120814>

CAPÍTULO 15..... 173

O ACORDO DE PARIS E A DEFESA AMBIENTAL BRASILEIRA


Danilo Lopes de Mesquita

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120815>

CAPÍTULO 16..... 186

O IMPACTO DA GESTÃO DA LOGÍSTICA INTEGRADA SOBRE AS EMPRESAS

Rufice Miguel Mucarre

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120816>

CAPÍTULO 17..... 196

REVOLUÇÃO DIGITAL E NOVOS MODELOS DE NEGÓCIOS: O FENÔMENO DA UBERIZAÇÃO E OS IMPACTOS NA INTENSIFICAÇÃO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO BRASIL

Railson Marques Garcez

José Samuel Scriviner Neto

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120817>

CAPÍTULO 18..... 211

SISTEMA DE BONIFICAÇÃO E A SEGURANÇA DO TRABALHO NOS AMBIENTES PROFISSIONAIS

Patrícia Pereira Pacheco

Vilson Menegon Bristot

Cristina Keiko Yamaguchi


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120818>

CAPÍTULO 19..... 222

BARREIRAS NA PAISAGEM DA CIDADE: A AVENIDA FARRAPOS E O 4º DISTRITO

Silvio Belmonte de Abreu Filho

Simone Back Prochnow

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.99922120819>

SOBRE O ORGANIZADOR..... 236

ÍNDICE REMISSIVO..... 237

CAPÍTULO 11

FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO: DA POLÍTICA MUNICIPAL À CENTRALIDADE DO ESTADO NOVO

Data de aceite: 01/08/2022

João Sena Zanon Gomes

Universidade Estadual Paulista (UNESP),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara –
SP – Brasil. Graduando em Ciências Sociais

RESUMO: O artigo busca resgatar a formação nacional brasileira, apontar as características do povo brasileiro e a sua exclusão dos meios políticos e das tomadas de decisões. O povo brasileiro era negligenciado por uma elite rural, que não só gozava de prestígio financeiro, mas controlava a política local, fazendo dos meios públicos, a expressão de seus interesses pessoais. Sua hegemonia se perpetua até o golpe do Estado Novo em 1930, colocando uma nova agenda nacional, que com a centralidade de seu governo, chamou para si a responsabilidade de modernizar o país. O objetivo deste artigo é mostrar que a população brasileira, desde seu início, não teve sua parcela de participação na política: sua exclusão levou a uma confusão entre o público e privado. A política se torna excludente e exclusiva, somente com o autoritarismo do Estado Novo, a população desfruta de sua parcela de democracia social, entretanto, ainda sem uma participação ativa e direta na política, ficando nas mãos de um governo personalista e autoritário.

PALAVRAS-CHAVE: Clientelismo; Povo-massa; Centralidade; Formação; Coronelismo.

BRAZILIAN PEOPLE FORMATION: FROM MUNICIPAL POLITICS TO ESTADO NOVO'S CENTRALITY

ABSTRACT: The article seeks to retrieve the Brazilian national formation, pointing out the characteristics of its people and their exclusion from the political sphere and decision making. Brazilian people were neglected by a rural elite, that not only enjoyed financial power, but also had control of local politics, expressing their own interests through public means. Its hegemony was maintained until the Estado Novo strike in 1930, which shaped a new national agenda, where the government had to develop the country in order to keep its unity. The objective of this article is to show that Brazilian population had, since its origins, no real play in politics: its exclusion resulted in a misunderstanding between public and private domains. Politics became exclusive, prevailing Estado Novo's authoritarianism, where people have some limited social democracy, but it still can't be considered an active and direct political participation, for it was dominated by a personalistic and corrupt government.

KEYWORDS: Patronage; Mass-people; Centrality; Formation; Coronelism.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo analisar o surgimento da formação brasileira através de Oliveira Viana; o poder local pelo estudo de Vitor Nunes Leal e o autoritarismo do Estado Novo, na figura de Getúlio Vargas, pelo texto de Lourdes Sola. Oliveira Viana, com a sua

colaboração, compreenderemos as características do “povo-massa” e qual a relação de sua formação, para o surgimento, ou não, de uma democracia e uma vida coletiva.

Ao perpassar pelo surgimento da sociedade brasileira, utilizaremos Vitor Nunes Leal para sintetizar as consequências dessa formação e o domínio da elite local cafeeira sobre o poder municipal. A dependência mútua entre o mandonismo local e o poder central brasileiro, cria uma relação de poder, onde o povo é completamente negligenciado na participação política da vida pública.

Por fim, com uma inter-relação entre Oliveira Viana e Lourdes Sola, demonstraremos o autoritarismo e o centralismo do Estado Novo, que na visão de Oliveira Viana, solucionaria os problemas da formação social brasileira e seria a transição para uma sociedade democrática.

O presente artigo é composto, além da introdução e das considerações finais, de três partes: formação do povo brasileiro; chefes locais e poder municipais, por fim, autoritarismo e o Estado Novo. Faremos um resgate do processo de formação da sociedade brasileira em sua individualidade e isolacionista, posteriormente, relacionando a isso, a hipertrofia do mandonismo local pela elite agrária, e em uma reviravolta, vamos expor o centralismo do Estado Novo.

FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

Oliveira Viana, em seu livro: “*instituições políticas brasileiras*”, demonstra que, no regime colonial, o que se percebe é uma tentativa de povoação do interior brasileiro, porém, essa povoação não ocorre de forma natural e espontânea, exceto em algumas regiões, mas insignificantes em relação ao um todo. Os núcleos urbanos eram representações de ações oficiais, não de iniciativa popular, as ações urbanizadoras eram formas de agradar o rei pela parte dos governadores.

O objetivo desse povoamento era reunir a população dispersa pelos latifúndios, os vadios e vagabundos. Esse povoamento significaria um centro administrativo e organização política e judiciária dos moradores. No período colonial, exceto as regiões mineradoras, o povoamento era uma forma de recrutamento, um castigo aos moradores excluídos. Nas palavras de Oliveira Vianna:

Na carta régia de 22 de julho de 1766, por esta secretaria de Estado ao Conde de Azambuja -- relata D. Fernando José de Portugal num ofício a D. Rodrigo de Sousa Coutinho, em 1799 -- se ordenou por causa dos insultos que, nos sertões desta Capitania, cometiam os vadios e facinorosos, que todos os homens que neles se achassem vagabundos ou em sítios volantes, fossem logo obrigados a escolherem lugares acomodados para viverem juntos, em povoações civis, que, pelo menos, tenham 50 fogos para cima, com juizes ordinários, vereadores e procurador do Conselho. (VIANA, 1999, p. 129)

Percebe-se que essa tentativa de povoamento só se concretizava com a presença de

um capitão-mor regente e seu punho de ferro. Entretanto, alguns desses povoamentos não tiveram êxito, seus moradores não aceitavam essas medidas e se refugiavam nas fazendas e sítios novamente. Essa lógica “anti-urbanismo” está presente em nossa formação social. Nada levaria o povo, como um coletivo a se aglutinar em regiões urbanas, como acontecia nas populações helênicas, muito pelo contrário, o que se percebe é um povo que não se entende com a vida coletiva e urbana.

Em contrapartida, nas regiões mineradoras a situação era diferente, pois, sua composição era completamente distinta, se reuniam em pequenas propriedades de terra e com estilo de vida semiurbano. Exceto nas regiões mineradoras, a distribuição de terras contribuiu para uma natural característica “anti-urbanizante”.

As produções agrícolas eram divididas em “sesmaria”, porções de terras muito grandes e concentrada nas mãos de poucas famílias, chegando algumas a tamanho de província. Esse sistema de divisão em sesmaria individualista estimulava a dispersão das massas. Isso diferencia a colonização portuguesa da espanhola, onde a distribuição de terra era comunitária e a economia era coletiva.

No Brasil, a economia de açúcar e gado possibilita um distanciamento entre as grandes fazendas, por exemplo, o produtor de gado, deve deixar um espaço de 3 léguas sem construção de moradias, igualmente acontecia com o açúcar, que deveria deixar meia légua de distancia para o outro engenho.

De 3 léguas das sesmarias -- diz o escritor anônimo do Roteiro do Maranhão a Goiás -- forma uma fazenda, deixando-se uma légua para a divisão de uma a outra fazenda: na dita légua entram igualmente vizinhos à procura dos seus gados, sem, contudo, poderem nela levantarem casas e currais. (VIANA, 1999, p 133)

A dispersão das massas coloniais é revelada pela enorme distância entre uma fazenda e outra, ou entre uma vila e outra, impossibilitando que houvesse contato entre os moradores e residentes de diversos lugares. Essa distancia que separa a fazenda é um fator que contribuiu para a “anti-urbanização”. Como podemos ver nas palavras de Vieira ao procurador.

A este trabalho -- dizia ele em 1656 -- se acrescenta outro inconveniente, também natural, que é o das distâncias, assim de uma povoação a outra, como dos fregueses à igreja e dos moradores e casas entre si: porque muitas vezes vive um morador distante do outro oito e dez léguas, e um freguês distante da sua paróquia quarenta, e uma povoação, cento e cinquenta, que tantas léguas há do Maranhão ao Pará, sem haver em meio mais que a chamada vila Gurupi, que não tem trinta vizinhos. (VIANA, 1999, p. 134)

O afastamento geográfico e econômico acabou por culminar em um homem sertanejo, que ama a solidão e o individual. Oliveira Vianna denomina esse homem, como sendo, o “homo colonialis”, tendo como característica o anti-urbano, que evita a cidade e gosta do isolamento do campo. Sua maior representação é o paulista do bandeirismo. Esse povo

complexo criado pelo povoamento colonial, tem no paulista a sua maior caracterização, com sua “vocação do deserto”, do isolamento, um homem áspero, pronto para se jogar no mato. A única representação de um “urbanismo” seria a vila de Piratininga.

Apesar de essa vila ser a maior referência que temos no povo paulista de um centro de povoamento “urbano”, Oliveira Vianna, classifica-o como sendo bem diferente das representações históricas que conseguimos perceber, tal como, uma polis grega, esses paulistas são considerados agricultores aldeados, sem nenhum espírito urbano.

A vila de Piratininga possuía aproximadamente 2000 pessoas, o movimento bandeirante era organizado fora da cidade, apesar que seus cabos se localizarem na cidade, classificando, portanto, como um movimento rural, não urbano. O povoamento colonial foi um tanto quanto antag nico, de um lado se procurava o aglutinamento das populações dispersas, de outro, a divisão territorial em sesmarias e os engenhos reais, acabaram provocando uma centrifugação populacional.

Lynn Smith, comparando a nossa formação rural com a americana e a hispano-americana, nota esta peculiaridade da colonização brasileira. Para Smith, fomos sempre -- como o anglo-americano -- o homem da colonização dispersa isolada(30), ao contrário do que se deu com o hispano-americano, o mexicano, o peruano, o boliviano, que conheceram, e ainda conhecem, o coletivismo agrário, a organização comun ria da terra. (VIANA, 1999, p. 138)

Essa forma coletiva da exploração de terra que podemos ver na américa hisp nica, não se observa na colonização brasileira. O desbravamento e colonização se tornou de forma individual e isolada no solo brasileiro. Diante dessa formação do povoamento brasileiro, Oliveira Vianna levanta uma questão:

Como, pois, no meio desta dispersão -- que vem desde os primeiros dias da col nia -- as estruturas de solidariedade social e os “com- plexos culturais” correspondentes poderiam ter ambiente para se for- mar, e se desenvolver, e se cristalizar em usos, costumes e tradições? (VIANA, 1999, p. 140)

Fica claro que a noção de coletividade nessas famílias sertanejas não existiria, o bem público local não está enraizado na sua formação, muito pelo contrário, o individualismo está intríseco em sua origem, contudo, a lei publica não encontra embasamento para se situar como costume e tradição.

O povo-massa, e até mesmo os proprietários, não tinham nenhuma influência governamental, a responsabilidade recaia sobre capitão-mor regente, que era uma autoridade política, não necessitando de uma comunicação direta com a massa. Todavia, a formação da sociedade brasileira não poderia ser mais desanimadora em relação a noção publica, o espírito local e a noção de nação não aparece em nossa formação, os pequenos traços de solidariedade coletiva, são absolutamente negativos.

A conclusão é, o brasileiro é completamente individualista, muito mais que os nossos vizinhos hispânicos. Politicamente, nada se relata de coletivo, todas as iniciativas são individuais e isoladas. O brasileiro se isola em sua comunidade familiar individual,

sem a construção de uma aldeia agrária coletiva, sem identidade com o todo, para nós, o individualismo impera, o indivíduo é completamente independente de uma coletividade ou de um grupo de relações políticas.

No Brasil até 1822, não tivemos outro regime se não o Estado-Império, sendo que, todos os líderes eram nomeados em nome e a serviço do rei, sem nenhuma participação popular. Existia as câmaras municipais, com seus vereadores e senadores, porém, não havia expressão nenhuma do povo-massa, eram corporações de tipo oligárquico e aristocrático, com isso, podemos perceber uma enorme despolitização do povo brasileiro.

As câmaras municipais, não era nos termos atuais, democrática; era uma organização onde figurava somente os nobres, sua linhagem e os “novos homens”: burgueses enriquecidos e senhores de engenho. Sendo eles, os únicos a serem eleitos, formando um seleto grupo de “homens bons”.

Com isso, se formava um grupo extremamente restrito de uma elite política, em frente a uma numerosa população sem direitos e sem gozar dos privilégios que eles detinham. No interior, essa elite só ia na cidade em eventos religiosos ou a serviço de vereança, nos demais dias, permaneciam no campo, como consequência disso, a estrutura do vilarejo se torna precária.

Os únicos núcleos de povoamento que eram expressivos, eram nas regiões onde tinham zonas mercantis ou mineradora, nas demais regiões, eram povoadamentos centrífugos, sendo que a administração local cabia exclusivamente a uma aristocracia. Os cargos de importância eram ocupados pelos homens de status, excluindo o povo-massa de qualquer possibilidade de se eleger para um cargo público, deixando-o de fora de todas as decisões tomadas.

De qualquer maneira, as câmaras -- a única forma de governo de origem popular existente na Colônia -- não eram expressões representativas do povo-massa e, sim, do povo-elite, da “nobreza da terra”. O povo-massa nunca teve participação, nem *direta*, nem *de direito*, no governo destas comunas, no período colonial. Quando influía, era por intermédio dos *procuradores* do povo. Estes, porém, não pertenciam, pelo *status*, ao povo-massa, embora lhe fossem os representantes ou delegados: era também gente da elite, da nobreza, homens de qualificação. (VIANA, 1999, p. 150)

O Brasil nunca passou por uma experiência de governo direto do povo-massa. É certo que havia as Jutas Gerais, onde sua função era reunir o clero, nobreza e povo para ouvi-los sobre os assuntos gerais das capitanias. Entretanto, não possuíam poder deliberativo, somente possuía o poder de um conselho consultivo. Contudo, no termo moderno de povo que conhecemos hoje, do sufrágio universal, não conseguimos analisá-lo em nossa formação social, tendo o povo-massa sempre a par das decisões governamentais.

Na historia brasileira podemos notar uma exclusividade na governança do povo-massa, a vila de Piratininga, onde realmente o povo se organizou e autogovernou, porém, o que é fato, é que essa vila é uma exceção, não havendo em nenhum outro lugar uma

experiência civilizatória como essa.

Os chefes paulistanos pouco viviam na vila, passando dias, meses e até anos fora, sua nobreza não era censitária, era por bravura, sua riqueza pouco importava. Seu título de nobre era através de seus feitos, era conquistado pela bravura que impelia a população paulistana para dentro dos sertões. Essa exaltação pela bravura fez com que os ambiciosos se lançassem nas matas, deixando suas cidades desertas, sem nobres governadores, obrigando as classes intermediárias a ocuparem os cargos públicos, esse acontecimento é transitório e imposto pela circunstância. Apesar de sua nobreza não depender de sua riqueza, não exclui o fato de haver uma parcela da sociedade que gozava de alguns privilégios.

Podemos afirmar que existiu uma democracia em Piratininga, mas, não podemos afirmar que houveram drásticas mudanças nos sistemas de relações servis, não tendo tempo para a cristalização desses costumes, caracterizando, assim, sua transitoriedade.

No período colonial, conseguimos analisar uma autonomia do poder municipal. Se organizava em clãs parentais, sempre com sua elite dominante, muito distante do que conhecemos de democracia, sendo as suas administrações como forma de sustentar e expandir os privilégios da nobreza.

CHEFES LOCAIS E A POLÍTICA MUNICIPAL

A autonomia conquistada pelos chefes locais, a poderosa elite agrária dos grandes latifúndios, perpetuou, posteriormente, com o nome de coronelismo. Analisando a formação da sociedade brasileira colonial, através de Oliveira Vianna, podemos fazer um paralelo os estudos de Vitor Nunes Leal sobre o coronelismo, em seu livro: *“coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil”*.

O que salta aos olhos é a posição política e social dos “Coronéis”, muita das vezes não são eles os líderes políticos locais, tendo entre eles médicos e advogados. Entretanto, são afillhados, ou aliados dos coronéis. Independentemente da liderança local, têm um elevado grau de dependência com os coronéis, que comandam um grande lote eleitoral, através do voto de cabresto, devido a sua privilegiada situação econômica e social. Essa dependência decorre da sua propriedade de terra, os inúmeros funcionários que dependem de sua terra para a subsistência, normalmente vivem em estado de pobreza, tendo eles a figura de um coronel rico, procurando-os quando necessitam de favores.

A concentração de terra é o fator dominante. Apesar de uma maior frequência no surgimento de pequenas e médias propriedades, especificamente no caso de São Paulo. Tendo como característica: reserva de mão de obra; atrair imigrantes; suprir as necessidades da subsistência das cidades que a cultura extensiva não conseguia. Mesmo com o crescimento das pequenas e médias propriedades a concentração de terra não tem diminuído. Os pequenos proprietários, muitas das vezes, compravam as terras já

devastadas dos grandes proprietários, que mantinham uma cultura extensiva e predatória da exploração da terra, fazendo com que a pequena propriedade, poucas vezes, progredisse.

Há despesas locais com as eleições, onde o chefe local na figura do coronel banca esses gastos. O transporte, alimentação e mais o que for necessário para a eleição é arcado pelo coronel, isso mostra que é perfeitamente compreensível que o eleitor do setor rural obedeça às orientações de quem paga. Porém, percebesse uma traição dos funcionários com o seu chefe, o rádio a pilha se instala no interior do país, revolucionando os meios de comunicações, fazendo com que o empregado obtenha uma nova versão dos acontecimentos e mudando suas posições.

Com a migração do campo para a cidade e a facilidade de obtenção de emprego, reduz uma parcela da dependência do empregado com o proprietário de terra. Entretanto, a melhoria nos municípios muitas vezes é relacionada ao esforço do chefe local, as escolas e as estradas fazem parte de um esforço pessoal, chegando ao heroísmo. É dessas melhorias que muitas vezes as pessoas criam a dependência com o chefe local, algumas pessoas criam dependências pessoais, mesmo com um novo cenário, o chefe local ainda perpetua sua hegemonia.

A política dos coronéis é baseada na sobreposição dos interesses pessoais em relação os da nação, alimenta-se uma amarga descrença política na possibilidade de um regime democrático no país. A mentalidade governista é a o espírito predominante nas práticas políticas municipais, demonstrando uma falta de idealismo e pensamento nacional.

Não podemos compreender o coronelismo sem chegarmos a esfera pessoal. Onde os interesses vão, desde arrumar emprego, até os pequenos favores, manifestando o paternalismo, “onde se nega o pão ao adversário e entrega ao seu aliado” (NUNES LEAL, 2012).

Levando esses interesses e a busca pelo poder a uma esfera ilegal, onde só há uma vergonha: perder. O “filhotismo” provoca uma desordem política. Se os governos federais têm dificuldades em encontrar funcionários capazes, isso se acentua no âmbito municipal.

Essa desorganização municipal pode ser explicada pelo “filhotismo”, mas não só por ele, devemos compreender o alto gasto do dinheiro público em campanhas eleitorais. Outra esfera de desordem municipal, além do “filhotismo”, é o “mandatismo”, onde se nega qualquer possibilidade de ajuda ou comunicação com a oposição, fazendo uma verdadeira guerra, onde sua maior característica é a hostilidade. Como os compromissos políticos são feitos em ordens pessoais, esses projetos são efêmeros.

A falta do poder publico no âmbito municipal contribui para a ascendência do coronelismo e a efetivação do poder privado na politica, mas isso vem se reduzindo devido aos meios de transporte e comunicação. O prestígio político e social do coronel e os empréstimos feito para o poder publico, são mutuamente dependentes uns dos outros, sem a obrigação de reciprocidade do governo com o coronel, a figura da liderança do coronel seria diminuída.

As proporções de liderança dos chefes locais não seriam capazes se não o apoio dos Estados, onde as benfeitorias municipais e os interesses pessoais só podem ser realizados com a ajuda estatal, é com o vínculo de amizade que se estende ao Estado, onde os funcionários estaduais são indicações municipais, como troca de favores. Essas indicações dos chefes municipais atingem até a União, a União cria um vínculo de dependência com os estados, que por sua vez depende dos municípios. Os favores não são só de ordem pessoal, pois é evidente que os municípios não contemplam uma posição financeira favorável para a realização de benfeitorias, criando assim, uma dependência mútua.

A lógica é, dar preferência aos municípios que são aliados políticos dos estados, a fragilidade financeira dos municípios contribui para o coronel se manter na posição governista, isso contribui para o “bem” que os chefes locais podem fazer para o município. De outro lado, quando eles têm a capacidade de fazer o “mal”, o estado se omite. Os chefes de estados ajudam na nomeação dos subdelegados de policias, tendo com eles o monopólio da força física. Fazendo grande repressão a oposição, escondendo escândalos e negando favores aos adversários.

A condição de oposição municipal é tão desconfortável que é valido ficar na oposição somente quando não há outra saída. A maior atrocidade, foi colocar nas mãos dos chefes locais a força militar. Portanto, o que consiste no compromisso dos coronéis e estados são: pelo lado do estado, carta branca aos chefes locais para todos os assuntos municipais; do outro lado, apoio total a chapa governista do estado.

Ao estudarmos a situação municipal, percebemos uma falta de autonomia municipal, o que seria apontado, pelo autor, como um dos principais motivos da desordem institucional.

A falta da autonomia legal, tem sua contraposição uma alta liberdade extralegal por parte dos governistas. É nessa liberdade extralegal que entra a carta branca dada aos chefes locais pelos estados em troca dos favores. Se a autonomia local fosse garantida institucionalmente, suas dependências financeiras com os estados diminuíssem, a autonomia logo apareceria naturalmente em um regime representativo, com o eleitorado nas urnas. Neste caso, a autonomia extralegal é outorgada pelo estado, aí parte de uma aliança feita entre ambos. Se o município não compartilhar dos mesmos interesses estaduais, ele terá que se mover estritamente dentro dos quadros legais, muitas vezes gerando uma arrecadação insuficiente para atender as necessidades locais, fazendo com que a as atribuições do Estado não será para a oposição, mas sim o governo local governista.

AUTORITARISMO E O ESTADO NOVO

Após um estudo sistemático dos autores apresentados acima, fazemos uma sistematização, do que Oliveira Vianna afirmava ser a ideal para superar o “anti-urbanismo” e a desordem política institucional, apresentada por ele e por Vitor Nunes Leal. Apresentamos

o Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas, onde, Oliveira Vianna foi Ministro do Trabalho. Oliveira Vianna era um dos intelectuais do autoritarismo instrumental brasileiro, que visava alcançar a sociedade liberal pela transição autoritária. Com isso, apresentamos esse modelo de governo que seria a saída para a política brasileira.

Getúlio Vargas, em 10 de novembro de 1937, aplica um golpe de Estado dizendo: “o país necessitava de uma autoridade que viesse a conciliar o choque de tendências e os particularismos de ordem local”.

O discurso do Getúlio se contradiz no fato de: os interesses coletivos universais teriam sua representação em um poder pessoal, tendo o executivo e legislativo concentrado em mãos firmes. Porém, em sua ideologia, Vargas afirma sua personalização, sendo ele o suporte da coletividade.

Diferentemente da Europa, Vargas não representou uma vitória de um partido ou teve um grande apoio das massas, essas são uma das características negativas de seu golpe. Vargas não tinha apoio de uma base política, somente dos militares. A vitória de Vargas representa a derrota de um Legislativo e da oligarquia rural, porém, para o legislativo isso seria um alívio ao transferir a responsabilidade, a ditadura seria um mal menor. O maior medo das elites era o radicalismo comunista, que aumentava com os proletários urbanos, isso frustrava as novas e velhas oligarquias, que queriam resolver os seus problemas, não com a interferência de uma massa política.

A ANL (Aliança Nacional Libertadora) surge no mesmo tempo que o Legislativo aprova a lei de segurança nacional, onde aumenta-se o controle e a repressão. A ANL representava uma ameaça, querendo acabar com a hierarquia rural, reduzir carga de trabalho, atraindo os proletários urbanos, entretanto, em 1935, a ANL tem o seu fim devido a forte repressão. Isso representou a vitória de Vargas e um fortalecimento do Executivo, mostrando que era questão de estabilidade e ordem, garantindo assim uma nova elite nacional.

Apesar de menos influente, a elite cafeeira ainda se encontrava importante, entretanto, com uma grande dependência do poder central. Nesse momento aparece uma economia industrial que produz visando o mercado interno. A desvalorização da moeda e o crescimento do mercado interno urbano possibilita o início de uma industrialização. Porém, logo se percebe que existe um déficit, obrigando o poder central a se fazer mais presente, concedendo financiamento e intervindo na economia.

Os industriais não possuíam uma influência política, portanto, o estímulo pela industrialização vinha das Forças Armadas, desde os superiores aos inferiores. Duas coisas favoreciam o fortalecimento do Estado, a queda do café e suas exportações, e a industrialização, que necessitava de fortes investimentos do governo central. O exército teve uma forte influência na instalação do novo governo, eles não tinham medo algum de entregar a responsabilidade ao Executivo em momentos de crise, usavam de repressões para impedir a oposição, até mesmo do próprio exército. A instalação de indústria de base,

a dependência de matéria prima e a necessidade de defesa dos minerais do subsolo aumentava a importância do exército e do governo central

Vargas gozava de poderes de Executivo e Legislativo, tendo como característica um governo apartidário. Com a violência de 1938, acaba-se as oposições. Institucionaliza-se o departamento de propaganda, que cuida da censura; Código de Imprensa, que torna ilegal qualquer forma desrespeitosa a imagem do Presidente; Instituída a Hora do Brasil, uma rádio diária, onde é disseminado as ideias do governo. Em 3 de dezembro acaba-se com todos os partidos e proíbe qualquer tipo de gestos simbólicos de oposição integralista.

Vargas acaba com quaisquer resquícios de um federalismo, os governadores eram substituídos pelos interventores, que eram nomeados pelo Presidente, permitindo uma maior centralização e hegemonia do governo central. Vargas tomava conta do aparato burocrático, passando por ele, qualquer tipo de ato e ação, ele quem determinava o orçamento destinado a cada Estado, atrelando toda responsabilidade política e econômica ao presidente.

O Estado começa a investir em uma produção agrícola, com investimentos, financiamentos, desenvolvimento de novos grãos. O cultivo de algodão logo se expandia em SP, devido a demanda do Japão e Inglaterra, que passavam por guerra, aumentando e desenvolvendo o mercado urbano e nacional.

Sob a hegemonia do Estado, surge leis que regulamentam e supervisionam a relação do empregador e empregado. Esses direitos recém-adquiridos eram de salário mínimo, jornada de 8 horas por dia, estabilidade no emprego, aposentadoria. Tendo como o aparato intermediador a Justiça do Trabalho, criada em 1939, mostrando um progresso nas questões sociais e um maior controle nas atividades políticas dos trabalhadores. O governo acaba com a autonomia dos sindicatos, era o governo financiava o sindicato, criando vínculo federal com os sindicatos. As conquistas sociais, em um primeiro momento, serviam para regulamentar e controlar os trabalhadores, somente no fim que, Vargas usa como manobra de massa para o apoio de sua nova candidatura.

Na política externa, Vargas se dividia entre os EUA e Alemanha, oscilando muito devido as ofertas insatisfatórias. Procurava por quem contribuía mais com armas e com o financiamento na indústria. Em 1941, Brasil decide sua política externa, alia-se com os EUA, no contexto da Segunda Grande Guerra, permitindo que usem o Nordeste como base naval, em troca ajudavam na compra de minérios e café. Nesse momento cria-se a Vale do Rio Doce, como controle de matéria prima para indústrias pesadas.

Em todos esses anos o Estado se diz “nacional”, em certo ponto é fato, o Estado não é controlado mais por uma elite em particular. Devido a instabilidade anterior ao golpe, onde as elites estavam com objetivos distintos, entretanto, os investimentos das indústrias dependiam de acúmulos da venda da agricultura.

Os trabalhadores rurais foram completamente excluídos do Estado Novo, portanto, as elites rurais que tiveram de abdicar do poder político, ainda mantiveram suas bases

sociais e econômicas intactas.

Vargas já prevendo o restabelecimento da representatividade, faz algumas medidas para obter o apoio político das massas, usa o dia 1 de maio para anunciar novas reformas trabalhistas e assim ganhar o prestígio nacional, dando uma guinada populista em seu governo.

Nos primeiros meses de 1944, reabre a luta pela política, organiza-se partidos opositores que lançam uma chapa. Luiz Carlos Preste volta a ativa e mobiliza jovens e o povo a irem as ruas. O quadro econômico se altera completamente, o café volta a ter preços competitivos, dívida externa aumenta, EUA pressiona para o fim do protecionismo, vindo no Brasil um forte mercado. Vargas via ameaçada a sua hegemonia. Até que, em 1945, reabre-se politicamente o Brasil, Dutra assume o poder, sendo ele, o primeiro governante civil pós Vargas.

Concluindo, o Estado novo foi a sintetização do que Oliveira Vianna afirmava para a transição de um morfismo social, para uma sociedade coletiva e liberal. A dureza e a centralidade do governo varguista, seriam as soluções para a formação social brasileira, para o modelo isolacionista do sertanejo. A centralidade desse governo permitiu que, pela primeira vez, o Brasil neutralizasse as elites locais e seus interesses paternalistas, conseguindo levar o Brasil rumo ao desenvolvimento nacional e a superação social. Entretanto, percebemos que, o “povo-massa” permanece em seu estágio inicial, excluído da vida pública, mesmo com a retirada da elite agrária do poder, o povo assiste a política de longe, sem uma participação efetiva e plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Relatamos que existiu um sentimento isolacionista no caráter do sertanejo paulista, que inicia sua jornada em sua individualidade, sem uma comunidade coletiva, que contribuiu para uma fragilidade nas relações públicas e uma falta de representatividade política, que era dominada pelo grande proprietário de terra (latifundiário), justapondo os interesses individuais aos interesses nacionais.

Esse emaranhado perpassou por toda a política brasileira do século XX, focalizada nos clãs parentais e nas relações familiares, que influência, desde a sua localidade, até o poder central. Essa lógica só se rompe com o advento do Estado Novo, que centraliza a política nacional, excluindo as oposições políticas, não permitindo uma representatividade efetiva e uma democrática plena, mais uma vez, o “povo-massa” é marginalizado das instituições políticas.

REFERÊNCIAS

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2012.

VIANA, Oliveira. **Instituições** políticas brasileiras. 1999.

SOLA, Lourdes. O golpe de 1937 e o Estado Novo. **Brasil em Perspectiva**. São Paulo: DIFEL, p. 256-82, 1981.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Altamira 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107

Aperfeiçoamento 30, 37, 38, 41, 50, 52

Aprendizado 16, 18, 22, 112, 118

Autônomo 55, 168, 203

B

Behavior 134, 136, 137, 144, 161, 211

Biblioteca 22, 37, 38, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 172, 221

Blockchain 65, 66, 67, 68, 69, 71, 72, 73, 74

Brasil 4, 5, 6, 8, 10, 12, 13, 24, 25, 28, 30, 33, 34, 35, 38, 42, 45, 46, 52, 53, 55, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 90, 91, 96, 97, 99, 102, 104, 105, 106, 111, 113, 119, 120, 122, 124, 126, 127, 131, 132, 133, 150, 152, 154, 157, 158, 159, 161, 162, 165, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 175, 176, 177, 178, 182, 183, 184, 190, 195, 196, 198, 202, 203, 204, 205, 208, 209, 210, 220, 232

C

Combate 44, 70, 83, 86, 88, 92, 96, 98, 161, 162, 164, 166, 167, 169, 170, 177, 179, 182, 183, 184

Conflitos 60, 68, 70, 72, 92, 94, 95, 96, 98, 100, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 116, 120, 214, 228, 230

Covid-19 1, 2, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 58

Crioulas 109, 110, 111, 114, 115, 116, 118, 119, 120

D

Dicotomia 75, 76

Drogas 34, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 98, 99, 102, 226

E

Empreendedorismo 16, 17, 18, 22, 205

Empresas 16, 17, 18, 19, 20, 22, 56, 57, 85, 100, 154, 164, 166, 170, 186, 187, 192, 193, 194, 196, 197, 198, 199, 201, 204, 206, 208, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221

Estado 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 49, 55, 56, 57, 59, 64, 72, 84, 85, 87, 92, 93, 94, 95, 97, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 111, 116, 119, 122, 123, 126, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 151, 161, 162, 163,

164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 176, 179, 182, 184, 189, 198, 203

I

Impacto 7, 14, 41, 73, 83, 84, 87, 89, 102, 112, 166, 168, 186, 190, 192, 193, 226, 230

Inconstitucional 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 12, 13, 14, 15

Ineficácia 1

Informação 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 66, 90, 150, 161, 162, 163, 164, 165, 168, 169, 170, 171, 172, 179, 181, 187, 193, 194, 196, 204, 233

Interdisciplinaridade 16, 18, 119

L

Logística 32, 86, 186, 187, 192, 193, 194, 195

M

Massacre 92, 93, 95, 98, 99, 100, 102, 104, 105

Movimentos 58, 109, 114, 119, 120, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 159, 160, 164, 197, 202, 204, 222

Multidimensional 134, 137

Mundo 6, 17, 24, 43, 59, 73, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 85, 87, 149, 150, 153, 154, 155, 157, 159, 163, 164, 166, 174, 189, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 226, 230, 232

P

Paris 64, 92, 106, 108, 147, 150, 173, 174, 176, 178, 179, 180, 183, 232

Polícia 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 36, 86, 87, 97, 98, 168

Portugal 123, 134, 135, 138, 140, 141, 147, 148

Povo 3, 106, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 132, 150, 151, 152, 156, 166

R

Registro 32, 33, 35, 40, 42, 49, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 183, 206, 212

Revolução digital 196, 197, 198, 201, 202, 204, 207, 208

Riqueza 75, 76, 77, 78, 81, 117, 127, 153, 166, 173, 200, 203

Rondônia 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 34, 35, 36

Ruas 31, 132, 149, 150, 152, 153, 156, 157, 158, 159, 160, 223, 227, 230, 232, 233

S

Segurança 4, 9, 14, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 33, 34, 35, 49, 62, 68, 69, 71, 72, 73, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 99, 100, 114, 115, 119, 130, 153, 159, 163, 165, 181, 189, 190, 192, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 233

T

Trabalho 1, 2, 6, 7, 11, 16, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 25, 27, 29, 43, 44, 45, 48, 50, 57, 62, 68, 69, 75, 76, 81, 84, 87, 88, 90, 94, 95, 98, 102, 124, 130, 131, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 162, 163, 169, 187, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 233

Tráfico 83, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 97, 98, 99, 100, 102

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional

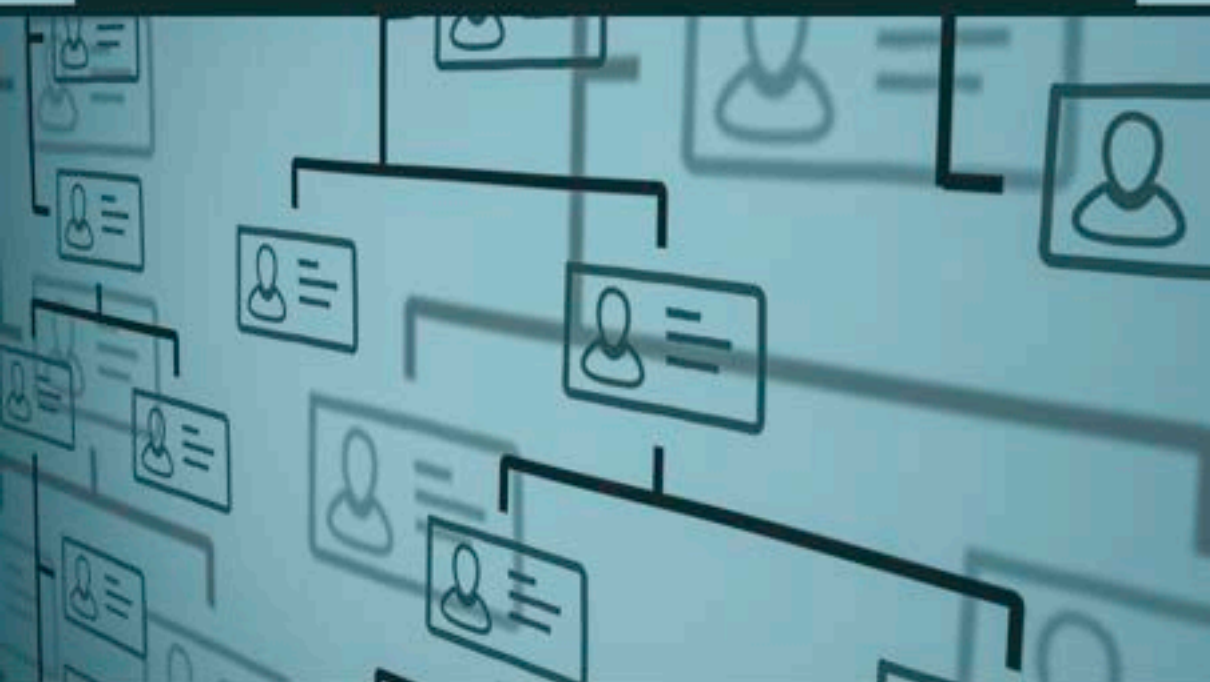
Atena
Editora
Ano 2022

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS:

Estado, organizações e desenvolvimento regional


Ano 2022